

MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia
ISSN 2318-0811
Volume II, Número 2 (Edição 4) Julho-Dezembro 2014: 405-423

O Capital de Piketty: Teoria Errada / Programa Destrutivo – Parte 1*

*George Reisman***

Resumo: Este artigo critica a tese de Piketty sobre desigualdade derivada de variações das fatias do produto atribuídas ao capital e trabalho. O autor parte de concepção alternativa sobre a teoria do capital para contestar diversas conclusões do modelo “ricardiano” de Piketty.

Palavras-Chave: Piketty, Crescimento, Desigualdade

Piketty's Capital: Wrong Theory / Destructive Program – Part 1

Abstract: This article criticizes Piketty thesis on inequality derived from changes in the shares of the product attributed to capital and labor. The author starts from an alternative capital theory to challenge various conclusions of the “Ricardian” model developed by Piketty.

Keywords: Piketty, Growth, Inequality

Classificação JEL: O4, E11, E22

* A segunda e última parte do texto será publicada na próxima edição *MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia*.

Traduzido do original em inglês para o português por Evelyn Lima.

** **George Reisman** nasceu em 13 de janeiro de 1937, na cidade de New York, nos EUA. É professor emérito de Economia, nas áreas de Macroeconomia e Microeconomia, da Graziadio School of Business and Management na Pepperdine University, em Malibu na Califórnia, e pesquisador adjunto do Ludwig von Mises Institute, em Auburn no Alabama. Cursou A.B. no Columbia College, bem como o M.B.A. e o Ph.D. em Economia na New York University (NYU), sob a orientação do economista austríaco Ludwig von Mises (1881-1973), tendo elaborado a dissertação de mestrado *The Classical Economists and the Austrians on Value and Cost* e a tese de doutorado *The Theory of Aggregate Profit and the Average Rate of Profit*. Escreveu diversos artigos publicados em diferentes periódicos acadêmicos, além de ser autor dos livros *The Government Against the Economy* (Caroline House, 1979) e *Capitalism: A Treatise on Economics* (Jameson Books, 1996).

E-mail: george.reisman@pepperdine.edu

I - O PRELÚDIO A PIKETTY: O ASSALTO DO GOVERNO DOS EUA AO SISTEMA ECONÔMICO NORTE-AMERICANO

Ao longo de várias gerações, o governo dos EUA tem tributado trilhões e trilhões de dólares que, do contrário, teriam sido poupados e investidos e, assim, adicionados ao capital da economia norte-americana. Capital é a riqueza detida por empresas de negócios, que é usada com o propósito de auferir receitas de vendas e lucros. Consiste em fazendas, minas, fábricas, máquinas, ferramentas, materiais, componentes, produtos semitransformados, meios de transporte, armazéns, lojas, mercadorias de todos os tipos e muito mais. O conceito de capital inclui os fundos utilizados para pagar os salários dos empregados das empresas e os fundos utilizados para financiar a compra de bens de consumo mais caros, tais como casas, automóveis e seus principais aparelhos. Esses trilhões de dólares foram subtraídos através do imposto de renda pessoal progressivo, o imposto de renda corporativo, o imposto sobre propriedade, o imposto sobre ganhos de capital e o sistema de previdência social e seus impostos. Além disso, o governo norte-americano tem desviado dos investimentos trilhões de dólares em poupanças para seus cofres a fim de financiar seus déficits orçamentários crônicos. E as suas políticas de inflação crônica e expansão do crédito tem causado a perda de uma parcela substancial da oferta já muito reduzida do capital que ainda resta.

A inflação e seu consequente aumento contínuo nos preços das casas fizeram com que os imóveis de habitação própria, que são bens de consumo como automóveis ou peças de mobiliário, chegassem a ser considerados como bens de capital e, portanto, um veículo de investimento, desviando, assim, somas substanciais de investimento real para a compra de imóveis. A intensa expansão do crédito que foi direcionada para o mercado

imobiliário resultou, na última década, em milhões de casas sendo construídas para compradores que não podiam se dar ao luxo de pagar por elas, representando, assim, uma enorme transferência de riqueza não remunerada e causando uma correspondente deficiência de capital para produtores em todo o sistema econômico. E a inflação levou a um aumento artificial dos lucros e a um correspondente aumento nos impostos que incidem sobre eles, apesar de os lucros adicionais serem necessários apenas para compensar o aumento dos custos de substituição resultantes da inflação e, portanto, não representam, de forma alguma, ganhos genuínos.

A perda intensiva de capital resultante de tudo isso se reflete não apenas na recente recessão/depressão, mas na eliminação em muito maior escala de grande parte da base industrial dos Estados Unidos e sua substituição pelo “Cinturão da Ferrugem”. Como consequência dessa devastação, as populações de cidades americanas que um dia foram grandes, como Detroit, St. Louis, Cleveland e Pittsburgh, foram dizimadas. Grande parte de Detroit está agora prestes a ser novamente ruralizada.

É verdade, a concorrência estrangeira combinada aos principais obstáculos à concorrência doméstica, mais notavelmente os sindicatos coercitivos sancionados pelo governo, desempenharam um papel substancial. Porém, tal devastação não teria ocorrido, se os trilhões de dólares apreendidos ou absorvidos pelo governo dos Estados Unidos ao longo dos anos em detrimento da poupança e do investimento e os trilhões adicionais desperdiçados como resultado de políticas governamentais tivessem, em vez disso, continuado disponíveis para a economia americana na forma de capital.

A deficiência de capital tem sido agravada por uma lista crescente de regras impostas pelo governo e regulamentações escritas e executadas por dezenas de agências governamentais, que atualmente somam mais de 700.000 páginas (Entre elas, é claro, estão

aquelas que obrigam a lidar com sindicatos). Essas regras e regulamentações existem com a finalidade de obrigar as empresas a fazer o que não é rentável ou impedi-las de fazer o que é rentável. Em ambos os casos, o efeito é um aumento maior do que o necessário nos custos de produção, na medida em que ter de fazer o que não é rentável normalmente significa ter de incorrer em custos adicionais desnecessários, enquanto ser impedido de fazer o que é rentável frequentemente significa ser impedido de fazer o que é menos oneroso.

Maiores custos de produção, por sua vez, significam menos eficiência na produção e, portanto, menos produção proveniente do mesmo montante de capital. A receita reduzida representa não só uma redução na produção de bens de consumo, mas também uma redução na produção de bens de capital (Bens de capital, não menos do que bens de consumo, são produtos regulares do sistema econômico, e seu abastecimento é afetado por tudo o que afeta a produção em geral)¹. Assim, há o problema composto de que menos capital produz menos bens de capital por unidade. Esta é uma redução dupla, além de contínua, no fornecimento de bens de capital, uma vez que menos de bens de capital sendo produzidos em um período resultam em menos bens de capital no próximo período, bem como em menos bens de consumo.

O ataque maciço do governo à oferta de capital começou a transformar o sistema econômico norte-americano, partindo de um sistema com um progresso econômico contínuo e padrões de vida gerais crescentes, e resultado num sistema de estagnação e declínio absoluto. As pessoas ficam chocadas e indignadas ao ver o padrão de vida cair. Acreditavam que, embora a natureza física pudesse ser frágil e danificada pela perda de uma única espécie de vida vegetal ou animal, o sistema econômico era indestrutível. Nenhum imposto, nenhum regulamento jamais havia sido demais para ele. O custo seria sempre de alguma forma extraído dos lucros dos ricos, e

não do padrão de vida do assalariado médio, mesmo se os custos adicionais sequenciados viessem rapidamente a ultrapassar todos os lucros do sistema econômico.

Quando as pessoas aprenderam que o sistema econômico não era indestrutível, voltaram-se com raiva e ressentimento contra a “desigualdade econômica”, como se fosse a riqueza remanescente de outros a causa de sua pobreza, e não o fato de que, graças a o governo, os outros não tem capital suficiente para abastecê-las e empregá-las como gostariam.

II - O PROGRAMA DESTRUTIVO DE PIKETTY

Agora, em meio tanto aos ataques ao fornecimento de capital do sistema econômico americano e sua capacidade de produzir quanto ao ressentimento infundado contra a desigualdade econômica desencadeada pelo empobrecimento causado por esse assalto, surge Thomas Piketty. Piketty, um professor francês neomarxista, escreveu um livro de quase 700 páginas, publicado originalmente em inglês pela Harvard University Press. Seu livro é intitulado *O Capital no Século XXI*, em homenagem à obra de Karl Marx (1818-1883) datada do século XIX, *O Capital*. Foi recebido com aplausos fervorosos do *establishment* intelectual de esquerda, incluindo avaliações no *The New York Times*, *Newsweek*, *Time Magazine*, *The Daily Beast*, *The Huffington Post* e outros, variando de altamente favoráveis a ardentes. Seu livro tem figurado nas listas de *best-sellers* do *The Times* e do Amazon.com.

Piketty defende medidas propositalmente concebidas para frear ainda mais a acumulação de capital, e de fato, para alcançar a desacumulação de capital completa. Em outras palavras, sugere um imposto de renda progressivo de até 80% “sobre rendas superiores a US\$ 500 mil dólares

¹ Sobre este ponto, ver, abaixo, a nota 9.

ou US\$ 1 milhão por ano”², acompanhado de um imposto progressivo diretamente sobre o próprio capital, na elevada proporção de 10% ao ano. Este programa deve ser realizado para “evitar uma espiral de desigualdade por tempo indefinido”³.

III - VISÃO GERAL SOBRE PIKETTY

Embora em um livro aparentemente dedicado ao estudo do capital e sua taxa de retorno, Piketty trata de seu assunto aparentemente sem ter lido uma única página de Ludwig von Mises (1881-1873) ou de Eugen von Böhm-Bawerk (1841-1914), os dois principais teóricos do capital e sua taxa de retorno. Não há uma única referência a qualquer destes homens em seu livro. Há, no entanto, setenta referências a Karl Marx. E enquanto Piketty mostra familiaridade com alguns aspectos das idéias de David Ricardo (1772-1823), ele não mostra nenhum conhecimento acerca da maior contribuição de Ricardo para a teoria da acumulação de capital, a qual por si só é capaz de desconstruir sua visão do assunto⁴.

Como resultado, Piketty defende seu programa com base na ignorância do papel essencial do capital na produção, que é elevar a produtividade do trabalho, dos salários reais e do padrão de vida geral. Também nunca aprendeu que a liberdade de acumular grandes fortunas é necessária ao desenvolvimento de novos produtos e novas indústrias, o que é essencial ao progresso econômico. Pense no efeito surtido sobre o

desenvolvimento da indústria automobilística se Henry Ford (1863-1947) tivesse sido sujeito a um imposto de renda de 80% e um imposto sobre o capital de 10%, e sobre a indústria do petróleo se John D. Rockefeller (1839-1937) tivesse sido impedido de acumular o capital necessário para construir as refinarias de petróleo e os oleodutos que edificou, e no desenvolvimento de qualquer grande indústria nova. Seu desenvolvimento teria sido abortado por falta de capital.

A profundidade da ignorância de Piketty é tal que ele acredita que a acumulação de capital não apenas não aumenta os salários reais, mas os *reduz* ao supostamente aumentar a parcela da renda nacional direcionada aos lucros e reduzir proporcionalmente a parcela direcionada aos salários, enquanto o total global do que é produzido permanece inalterado ou aumenta apenas muito modestamente e, ainda assim, não em virtude de qualquer contribuição para a produção por parte do capital.⁵ Este suposto resultado, em que capitalistas enriquecem à custa de trabalhadores cada vez mais pobres, é o que o seu programa destrutivo de tributação confiscatória deve impedir. Sua doutrina é comparável à de uma suposta nutricionista que alegasse ter descoberto que comer é a causa da perda de peso e que o governo deve fazer com que as pessoas comam menos, a fim de evitar que se tornem muito magras. Ou à de um suposto médico que alegasse ter descoberto que os medicamentos são a fonte da doença e que, a fim de promover a saúde, eles devem ser proibidos. Conforme irei demonstrar, a verdade é que a acumulação de capital não apenas serve para aumentar progressivamente os salários reais e o padrão geral de vida, como também atua para elevar a proporção da renda nacional sob a forma de salários e diminuir a parcela sob a forma de lucros.

A ignorância de Piketty acerca do capital é agravada por sua ignorância e

² PIKETTY, Thomas. **Capital in the Twenty-First Century**. Cambridge: Harvard University Press, 2014, p. 512. [Ao longo de todo o texto, substituiremos as citações da versão em inglês pelas passagens equivalentes da seguinte edição brasileira: PIKETTY, Thomas. **O Capital no Século XXI**. p. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. p. 381. (N. do T.)].

³ PIKETTY. **O Capital no Século XXI**. p. 399.

⁴ Ver, abaixo, a nota 9 e a discussão correspondente no texto.

⁵ PIKETTY. **O Capital no Século XXI**. p. 32, 223, 228, 352, *passim*.

suas confusões sobre lucro e taxa de lucro. Ele acredita, por exemplo, que o progresso tecnológico eleva a taxa de lucros, quando na realidade não possui nexos causal com a taxa de lucros, mas sim com a oferta de bens, incluindo principalmente a oferta de bens de capital, a qual aumenta e cujos preços trata de diminuir. Piketty confunde o aumento da oferta e a queda dos preços de bens de capital causados pelo progresso tecnológico com a queda da taxa de lucro. Isto ao mesmo tempo em que afirma, em contradição completa, que o progresso tecnológico aumenta a taxa de lucro⁶. Como resultado de tais confusões, não compreende o que realmente determina o volume e a taxa de lucro no sistema econômico, questões que explicarei abaixo.

A ignorância de Piketty sobre os assuntos do capital e do lucro é ainda agravada pelo seu desconhecimento sobre o tema da poupança, tanto no que se refere à poupança bruta (ou seja, a parte poupada de receitas de vendas) quanto à poupança líquida (ou seja, mantida a partir de lucros e salários). Piketty não faz distinção entre a poupança líquida que se dá na ausência de aumentos na quantidade de dinheiro e no volume de gastos no sistema econômico e a poupança líquida que ocorre na presença de aumentos na quantidade de dinheiro e no volume de gastos no sistema econômico. Por isso, não está em condições de perceber que a poupança líquida no primeiro caso necessariamente chega ao fim, com a acumulação de capital e o progresso econômico que prosseguem posteriormente apoiados simplesmente no aumento da produção acompanhado pela queda dos preços tanto de bens de capital quanto de bens de consumo. Tampouco é capaz de perceber que, neste último caso, enquanto a poupança líquida é perpetuada, isto ocorre tão somente por um fator que opera simultaneamente para arrecadar renda monetária em todo o sistema econômico, impedindo ainda, assim, qualquer possibilidade de que poupanças

acumuladas e capitais potencialmente cresçam ilimitadamente em relação à renda monetária atual, reivindicação esta que está no núcleo da sua doutrina⁷.

E, claro, a sua ignorância sobre o tema do capital o impede de perceber que a acumulação de capital, quer seja alcançada através da mesma soma total de capital em termos de dinheiro que está sendo acompanhada por progressivas quedas dos preços de bens de capital, ou por meio de um aumento da oferta de bens de capital acompanhado por um volume crescente de capital em termos de dinheiro, é o que está por trás do progresso econômico e o aumento dos salários reais e do padrão de vida geral.

IV - A IGNORÂNCIA DE PIKETTY SOBRE O PAPEL DO CAPITAL NA PRODUÇÃO

Como foi dito, Piketty simplesmente não vê o capital adicional como necessário ao aumento da produção e o aumento do padrão de vida. Acredita que este capital seja, de alguma forma, apenas um meio de criação de uma crescente desigualdade econômica e uma diminuição real do padrão de vida dos assalariados e, portanto, que o seu aumento precise ser contido à força. Descarta qualquer necessidade de acumulação de capital adicional quando escreve sobre o “crescimento estrutural” e o “crescimento da produtividade”, os quais supostamente não estão vinculados à acumulação de capital.

Ele declara:

Lembre-se de que g [crescimento] mede a taxa de crescimento estrutural de longo prazo, que é a soma do crescimento da produtividade e do crescimento populacional. Na mente de Marx, assim como nas mentes de todos os economistas do século XIX e do início do século XX antes que Robert Solow publicasse seu trabalho sobre o crescimento na década de 1950, a própria idéia de

⁶ Ver, abaixo, a discussão no texto sob o título “VI - A Teoria do Lucro de Piketty”.

⁷ PIKETTY. *O Capital no Século XXI*. p. p. 15, 35, 223.

crescimento estrutural, impulsionado por um crescimento permanente e sustentável de produtividade, não foi claramente identificado ou formulado. Naqueles dias, a hipótese implícita era de que o crescimento da produção e, principalmente, da produção industrial, foi explicado, principalmente, pela acumulação de capital industrial. Em outras palavras, a produção aumentou apenas porque cada trabalhador foi auxiliado por mais máquinas e equipamentos e não porque a produtividade como tal (de uma determinada quantidade de trabalho e capital) aumentou. Hoje sabemos que o crescimento estrutural de longo prazo só é possível por causa do crescimento da produtividade. Mas isso não era óbvio na época de Marx, devido à falta de perspectiva histórica e bons dados⁸.

Thomas Piketty, e Robert Solow antes dele, reconheceram apenas uma dimensão da oferta de capital, ou seja, a razão entre o valor monetário do capital sobre a renda nacional, à qual Piketty chama de razão capital/renda. Se essa relação não aumentar, supostamente não há acumulação de capital (Como expresso nesta relação, o capital no sistema econômico é igual à soma da participação de caixa de cada empresa, mais o valor de compra do seu inventário e os projetos inacabados, mais o valor de compra de suas instalações e equipamentos, menos as taxas anuais acumuladas de depreciação. A renda nacional é a soma dos lucros, incluindo taxas de juros, salários e vencimentos, ou simplesmente lucros mais salários).

Eles observam que o progresso econômico, ou seja, uma oferta crescente de produtos e serviços per capita, não depende de um aumento contínuo dessa relação. Pode continuar acontecendo com uma relação inalterada de capital para renda. Solow atribuiu este crescimento simplesmente ao progresso tecnológico, como distinto da acumulação de capital. Piketty o atribui a um inexplicável “crescimento da produtividade”,

pelo que, no entanto presumo, quer dizer progresso tecnológico. (Se isto não for o que ele quer dizer, então sua teoria do crescimento não tem qualquer fundamento.) É com base nisso que Piketty, junto a Solow, descarta a acumulação de capital como a causa do progresso econômico.

Nenhum deles percebe que há uma segunda dimensão para o aumento da oferta de capital, ou seja, o aumento da oferta de bens de capital que ocorre sem um aumento da relação capital/renda⁹. Não conseguem perceber não só que a acumulação de capital pode se dar em face de uma razão capital/renda inalterada, mas também que o tamanho desta relação é importante para a taxa desta acumulação de capital e que a acumulação de capital é essencial para a implementação de avanços tecnológicos.

De fato, tendo assim dissociado erroneamente o progresso econômico da acumulação de capital, Piketty chega ao ponto de imaginar a possibilidade de um rápido crescimento da produtividade na ausência total do uso de capital. Ele escreve:

Como havíamos notado na Segunda Parte, podemos, num caso extremo, imaginar sociedades nas quais o capital não serve para nada (reduzindo-se, portanto, a mera reserva de valor, com um rendimento rigorosamente nulo), mas os habitantes escolheriam detê-lo em grande quantidade, como provisão para uma catástrofe futura –

⁸ Idem. *Ibidem.*, p. 164.

⁹ Ambas as dimensões são bem entendidas pelo grande economista clássico britânico David Ricardo. Em seu *Principles of Political Economy and Taxation* [Princípios de Economia Política e Tributação], no capítulo “Value and Riches” [Valor e Riqueza], Ricardo escreveu, “O capital é aquela parte da riqueza de um país que é empregada visando a produção futura, e pode ser aumentada da mesma forma que a riqueza. Um capital adicional será igualmente eficaz na produção futura de riqueza, quer seja obtido de melhoramentos na habilidade manual e na maquinaria, quer utilizando-se para a reprodução um maior montante do rendimento”, e por “utilizando-se para a reprodução um maior montante do rendimento”, Ricardo, é claro, quis dizer poupar e investir.

ou talvez para um grande *potlatch*¹⁰ – ou apenas por se tratar de uma população particularmente paciente e precavida em relação às gerações futuras. *Se, além disso, tal sociedade se caracterizar por um crescimento rápido da produtividade – graças às constantes inovações ou porque o país está rapidamente convergindo a países tecnicamente mais avançados*, pode ser que a taxa de crescimento seja nitidamente superior ao rendimento do capital¹¹.

Aqui, Piketty afirma sua crença de que é possível ter um crescimento rápido da produtividade e da adoção das tecnologias de países mais avançados não somente sem o uso de capital adicional, mas sem o uso de *qualquer capital*.

Para Piketty, “capital” é uma palavra sem conteúdo – um símbolo vazio para ser manipulado. Não vê que abrange todos os bens que estão prontos para serem comprados, juntamente às lojas e armazéns que contêm estes produtos, e também as fábricas, fazendas e minas, e todas as etapas intermediárias que são a fonte desses bens. Não entende que o capital é a base de fornecimento dos bens que as pessoas compram e da demanda pelo trabalho que as pessoas vendem. Apenas por não possuir um conceito sério do capital, é capaz de imaginar que ele não tenha “nenhum uso” e que o seu aumento seja prejudicial ao invés de essencial.

V - O VERDADEIRO PAPEL DA ACUMULAÇÃO DE CAPITAL E DO PROGRESSO TECNOLÓGICO

Enquanto a teoria do progresso econômico oferecida por Piketty é a afirmação de

que o progresso econômico é resultado quer de um “crescimento da produtividade” totalmente inexplicado, quer do crescimento da produtividade com base no progresso tecnológico dissociado da acumulação de capital, a verdade é que um aumento na produtividade do trabalho e um concomitante progresso econômico quase sempre exigem um aumento da oferta de bens de capital físicos em relação à oferta de mão de obra. Por exemplo, uma oferta maior de minério de ferro por operário siderúrgico é essencial para que se possa produzir mais aço por trabalhador, assim como uma oferta maior e melhor de bens de capital sob a forma das instalações e equipamentos utilizados pelos trabalhadores siderúrgicos. O mesmo, é claro, se aplica ao suprimento adequado de bens de capital em todos os ramos produtivos.

Deve-se ressaltar que os bens de capital são produtos regulares do sistema econômico da mesma forma como os bens de consumo e não são menos utilizados na produção de bens de capital do que na produção de bens de consumo. Com isto em mente, torna-se claro que um aumento pontual no fornecimento de bens de capital suprido pela poupança e um aumento correspondente na razão capital-renda podem possibilitar um novo aumento da oferta de bens de capital, e que este processo pode ser repetido indefinidamente. Isto acontece porque bens de capital são empregados reprodutivamente. Isto significa, por exemplo, que usinas siderúrgicas, usinas de energia e refinarias de petróleo contribuem para a criação de outras usinas siderúrgicas, usinas de energia e refinarias de petróleo, junto a todos os outros bens de cuja produção participem direta ou indiretamente. De fato, se o sistema econômico não entrar em declínio, a oferta existente de bens de capital deve ser usada para produzir bens de capital pelo menos suficientes para substituir aqueles que foram completamente consumidos na produção.

Para que uma acumulação de capital contínua tenha lugar na base de um aumento pontual na poupança e na relação capital/

¹⁰ Ritual de algumas tribos da costa Noroeste do Pacífico em que ocorre um banquete, seguido da renúncia aos bens materiais acumulados pelo homenageado e redistribuição de suas riquezas entre os membros da tribo. (N. do E.)

¹¹ PIKETTY. *O Capital no Século XXI*. p. 349.

renda, apenas duas coisas são necessárias. Em primeiro lugar, que uma parte suficiente da produção seja dedicada à produção de bens de capital, ou seja, uma proporção maior do que aquela exigida apenas para substituir os bens de capital a ser consumidos na produção. Se esta proporção será ou não atingida e mantida depende da demanda por bens de capital em relação à demanda por bens de consumo no sistema econômico, o que por sua vez depende do grau de poupança bruta em relação às despesas com consumo no sistema econômico.

Em segundo lugar, é necessário que os retornos decrescentes que acompanham a aplicação de sucessivos incrementos de bens de capital em conjunto com as mesmas quantidades de trabalho sejam compensados pelo progresso tecnológico. O que isto significa, por exemplo, é que, de tempos em tempos, fatores como as quantidades crescentes de ferro e aço disponíveis por trabalhador sejam acompanhadas por escavadeiras feitas de ferro e aço substituindo pás convencionais feitas de ferro e aço. Embora equipar um trabalhador com 1.000 ou 10.000 pás convencionais não irá aumentar sua produtividade para além do que ele pode produzir usando uma única pá, a mesma quantidade de ferro que seria convertida nestas pás pode aumentar dramaticamente sua produtividade quando na forma de uma escavadeira. Tal progresso tecnológico é essencial para a continuidade do aumento da oferta de bens de capital.

V.1 - O Progresso Tecnológico como um Requisito para a Acumulação de Capital

Desta forma, o papel do progresso tecnológico na elevação do padrão de vida não é de forma alguma separado e distinto da acumulação de capital. A verdade é que o progresso tecnológico é um requisito essencial para qualquer acumulação de capital em larga escala. Por exemplo, na ausência do progresso tecnológico dos dois últimos séculos, a oferta

de bens de capital hoje não poderia exceder a oferta de bens de capital presente no início do século XIX, independentemente do nível de poupanças e da grandeza da relação capital/renda. Na ausência de progresso tecnológico, a poupança máxima possível até o momento poderia ter trazido algumas melhorias relativamente consideráveis em embarcações à vela, vagões, canais e afins, mas não a produção de navios a vapor, ferrovias e veículos a motor, e muito menos usinas de energia, eletricidade e todos os bens de capital que dependem de energia elétrica. Todas estas formas de suprimentos adicionais de bens de capital dependeram da existência de progresso tecnológico.

O progresso tecnológico é o que torna possível que a acumulação de capital e o consequente aumento no padrão geral de vida prossigam indefinidamente, a uma taxa sustentável. O progresso tecnológico é o que mantém a produtividade da crescente oferta de bens de capital. Ao manter esta produtividade na produção dos próprios bens de capital, contribui para a acumulação de capital e, através dela, para o progresso econômico. Portanto, não é verdade, segundo crêem Solow e Piketty, que o progresso tecnológico seja uma reposição ou um substituto para a acumulação de capital. Ao contrário, ele dá sua contribuição *como um elemento essencial no processo de acumulação de capital*.

V.2 - A Contribuição de uma Razão Capital/Renda Mais Elevada

Embora esteja claro que um aumento contínuo da razão capital/renda nacional não é necessário para alcançar o progresso econômico, a grandeza da relação é uma questão de muita importância. Tudo o mais constante, quanto maior for a proporção, mais capaz é o sistema econômico de tirar proveito do progresso tecnológico.

Os avanços tecnológicos diferem muito quanto a seu custo de adoção. A sucessão de avanços tecnológicos que foram necessários

à construção de um túnel sob o Canal Inglês figura entre as mais caras de se adotar. Os custos implicados no que é necessário para abrir um restaurante de tamanho modesto estão entre os mais baratos. Quanto maior for a razão capital/renda em um país, mais abundante é a sua oferta disponível de poupanças acumuladas. E, da mesma forma, mais provável é que o país tenha condições de poder implementar avanços tecnológicos caros e, assim, alcançar os benefícios que estes podem fornecer à produção futura de bens de capital. Consequentemente, quanto maior a razão capital/renda, mais rápida é a taxa de progresso econômico.

Relacionando isto à discussão do início deste ensaio sobre a drenagem por parte do governo de recursos do sistema econômico que, do contrário, teriam sido poupados e investidos, agora é possível compreender seu efeito em termos de que agora possuímos uma razão capital/renda muito menor e, portanto, uma taxa de progresso econômico muito menor do que teríamos de outra forma. O efeito tem sido o de diminuir nossa capacidade de adotar os avanços tecnológicos que são relativamente mais caros e, portanto, exigem grandes somas de capital para serem implementados. Esta falta de capital privou-nos não só da adoção destes avanços, mas também das ofertas adicionais de bens de capital que dela resultariam.

V.3 - A Relação entre o Progresso Tecnológico e a Acumulação de Capital é Recíproca

A relação entre o progresso tecnológico e a acumulação de capital é recíproca. Por um lado, o progresso tecnológico, em virtude de compensar os rendimentos decrescentes de ofertas adicionais de bens de capital, é necessário para dar continuidade à acumulação de capital sem um aumento progressivo na relação entre capital e renda. Ao mesmo tempo, a acumulação de capital é necessária à capacidade de adotar avanços tecnológicos. A ne-

cessidade da acumulação de capital à adoção de avanços tecnológicos não é apenas de uma maior proporção de capital em relação à renda nacional, mas também, e com muito mais frequência, é simplesmente a necessidade de uma maior oferta de bens de capital que não reflita uma relação mais elevada deste tipo, mas apenas um acúmulo suficiente de capital sobre uma fundação de adoções anteriores de avanços tecnológicos. Por exemplo, os Estados Unidos puderam adotar os avanços tecnológicos que constituíram a indústria eletrônica porque tinham a base pré-existente de uma indústria elétrica, uma indústria química e várias indústrias metálicas, dentre outras. Certamente não poderiam ter adotado tais avanços um século antes, com base na oferta de bens de capital desta época, que era muito menor.

Como Mises observou em seu seminário, quase todos os avanços tecnológicos dos últimos séculos estão disponíveis para e podem ser totalmente compreendidos por engenheiros, mesmo nos lugares mais pobres do mundo. O que impede a implementação desses avanços não é a falta de conhecimento tecnológico, mas a falta de capital. Portanto, um agricultor na Índia que tenha visto um trator na televisão pode facilmente compreender o valor de seu uso. O que o impede de fazer isto não é, certamente, a falta de conhecimento tecnológico. Certamente não é verdade que ele não saiba como operar um trator ou não possa ser facilmente ensinado a fazer isso. O que o impede é que ele não consegue *custear* um trator. Não possui o capital necessário para comprar um trator e não consegue encontrar um financiador para fornecê-lo. Esta é uma falta de capital que provavelmente não poderia ser compensada por qualquer aumento na razão de capital/renda local. Reflete gerações de acumulação insuficiente de capital local¹².

¹² As ideias representadas aproximadamente nos últimos dez parágrafos são desenvolvidas mais completamente em: REISMAN, George. **Capitalism: A Treatise on Economics**. Ottawa: Jameson Books, 1996. p. 622-42.

VI - A TEORIA DO LUCRO DE PIKETTY

A ignorância de Piketty sobre o papel da acumulação de capital no progresso econômico está intimamente relacionada com a ignorância generalizada e prevalecente sobre os determinantes da taxa de lucro, da qual ele partilha plenamente. A maioria dos economistas contemporâneos acredita erroneamente que o progresso tecnológico, ao aumentar a produtividade física dos bens de capital, atua elevando a taxa de lucro sobre o capital, enquanto aumentos na oferta de bens de capital atuam reduzindo esta taxa de lucro.

Piketty escreve:

De acordo com os modelos econômicos mais simples, e sob a hipótese de concorrência “pura e perfeita” tanto dos mercados de capital como do mercado de trabalho, a taxa de rendimento do capital deveria ser exatamente igual à “produtividade marginal do capital (isto é, a contribuição de uma unidade adicional de capital)... Em todo caso, a taxa de rendimento do capital é determinada pelas seguintes forças: a tecnologia (para que serve o capital?) e a abundância do estoque de capital (capital em excesso mata o retorno de capital)”¹³.

Os partidários da doutrina da produtividade marginal do capital precisam explicar como os poucos dólares de lucro adicional que podem ser ganhos de alguma fonte em virtude do investimento de US\$ 100, se traduz em trilhões de dólares de lucro no sistema econômico.

Como mostrado, o verdadeiro papel do progresso tecnológico é o de manter a capacidade dos suprimentos adicionais de bens de capital aumentando a produção, incluindo a capacidade de produzir mais bens de capital. A taxa de lucro não é determinada pelo progresso tecnológico ou pela oferta de bens de capital. Uma oferta crescente de bens de capital traz preços mais baixos para os bens

de capital, e não uma menor taxa de lucro. O progresso tecnológico gera uma oferta crescente de mercadorias, incluindo bens de capital, e assim, preços ainda mais baixos. Não gera uma taxa de lucros maior, nem uma taxa de lucros menor (isto é, em virtude do aumento da oferta de bens de capital).

Conforme mostrarei, a taxa de lucro é determinada por fatores amplos que operam em todo o sistema econômico, ou seja, por “consumo líquido” e investimento líquido, aonde o último reflete a taxa de aumento da quantidade de dinheiro e o volume de gastos no sistema econômico, enquanto o primeiro reflete o nível predominante de preferência temporal¹⁴.

VII - PIKETTY E O MEDO DA POUPANÇA E DE RAZÕES MAIS ELEVADAS DE CAPITAL/RENDA

Como indicado, Piketty acredita que um aumento na razão capital/renda não apenas não contribui para o progresso econômico e o aumento dos padrões de vida, mas é, na verdade *nocivo*. Em sua visão, ele serve apenas para aumentar a desigualdade econômica e a parcela da renda nacional que vai para os capitalistas, enquanto reduz a parcela que vai para os assalariados.

O problema subjacente, de acordo com Piketty, é a diferença entre a taxa de retorno (lucros) e a taxa de crescimento. Ele escreve:

Se, além disso, a taxa de retorno do capital permanecer acima da taxa de crescimento por um período prolongado (o que é mais provável quando a taxa de crescimento é baixa, embora isso não seja automático), há um risco muito alto de divergências na

¹³ PIKETTY. *O Capital no Século XXI*. p. 208.

¹⁴ Ver, na segunda parte desse texto, na próxima edição da *MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia*, as seções “X.2 - A Conexão entre Lucro e Investimento Líquido: O Investimento Líquido / Componente Monetário do Lucro” e “X.3 - O Componente do Consumo Líquido no Lucro”. Ver, também: REISMAN, *Capitalism*. Cap. 16.

distribuição de renda. Essa desigualdade fundamental, que denotarei como $r > g$, em que r é a taxa de remuneração do capital (isto é, o que rende, em média, o capital durante um ano, sob a forma de lucros, dividendos, juros, rendas e outros rendimentos do capital, em porcentagem de seu valor) e g representa a taxa de crescimento (isto é, o crescimento anual da renda ou da produção), desempenhará um papel essencial neste livro. De certa maneira, ela resume a lógica das minhas conclusões¹⁵.

Depois, elabora:

Observemos, agora, as consequências da desigualdade $r > g$ na dinâmica da concentração da riqueza. Como já vimos, o fato de o rendimento do capital ultrapassar a taxa de crescimento de forma clara e contínua é uma força que impulsiona o aumento da desigualdade de riqueza. Por exemplo, se $g = 1\%$ e $r = 5\%$, basta que os detentores de patrimônios elevados escolham reinvestir a cada ano mais de um quinto da renda de seus capitais para que esses patrimônios cresçam mais rápido do que a renda média da sociedade em questão. Nessas condições, as únicas forças capazes de evitar uma espiral de desigualdade por tempo indefinido e de fazer com que a desigualdade de riqueza se estabilize a um nível finito são as seguintes. De um lado, se os detentores de riqueza em conjunto fazem crescer suas fortunas mais rápido do que a renda média, então a relação capital/renda tenderá a aumentar sem limite, o que no longo prazo deve conduzir a uma baixa na taxa de rendimento do capital. Dito isso, tal mecanismo pode levar décadas, sobretudo numa economia aberta em que os detentores de riqueza podem acumular ativos estrangeiros, como foi o caso do Reino Unido e da França no século XIX e até a Primeira Guerra Mundial¹⁶.

A segunda força “capaz de evitar uma espiral de desigualdade por tempo indefinido e estabilizar a desigualdade de riqueza em um

nível finito” aparece na seguinte frase, que é bastante bizarra, e que o leitor pode julgar como preferir: “Em princípio, esse processo sempre acaba sendo interrompido em algum momento (quando os detentores de ativos estrangeiros possuírem o planeta inteiro), mas é claro que isso pode levar algum tempo”.

O exemplo a seguir ilustra o tipo de situação que Piketty acredita que deva resultar se o acúmulo de capital pelos capitalistas for mais rápido do que o sistema econômico possa crescer. Assim, suponha que, inicialmente, a relação entre o capital acumulado desta economia e a renda nacional seja de 3, e que a taxa de lucro sobre o capital próprio seja de 5%. Neste caso, os capitalistas receberão 15% da renda nacional, ou seja, 5% sobre um capital equivalente a 3 vezes o tamanho da renda nacional. Ao mesmo tempo, os assalariados receberão os 85% restantes da renda nacional.

Agora, suponhamos que os capitalistas comecem a poupar parte de seus lucros e, depois de algum tempo, consigam duplicar a razão capital/renda de toda a economia para 6. Se não houver nenhuma queda na taxa de lucro, 30% do rendimento nacional passará a ir para os capitalistas, deixando apenas 70% para os assalariados. Em uma situação de pouco ou nenhum crescimento na produção total, os assalariados claramente perderiam neste caso. A mudança na distribuição percentual representaria os capitalistas ganhando mais e os assalariados recebendo menos em termos absolutos, e não apenas termos relativos.

Piketty está disposto a permitir alguma queda na taxa de lucro. No entanto, ele acredita que a queda na taxa de lucro será menor do que o aumento da relação capital/renda. Assim, por exemplo, se a taxa de lucro for reduzida para 4%, a duplicação da relação capital/renda ainda será capaz de elevar a fatia da renda nacional dos capitalistas de 15% para 24% (4% sobre o capital próprio, que equivale a 6 vezes o tamanho da renda nacional), enquanto reduz correspondentemente a participação dos assalariados de 85% para 76%. Mais uma vez, se há pouco ou nenhum crescimento econômico, este resultado

¹⁵ PIKETTY. *O Capital no Século XXI*. p. 32-33.

¹⁶ Idem. *Ibidem.*, p. 352. Ver, também, p. 390.

ainda representará um ganho para os capitalistas em detrimento de uma perda equivalente ou quase equivalente por parte dos assalariados. A possibilidade de que a acumulação de capital próprio resulte em crescimento é simplesmente ignorada, com base na convicção de Piketty de que a relação capital/renda e os bens de capital não tem um papel necessário na produção. Lembre-se, é “o crescimento estrutural, propelado por uma expansão permanente e duradoura da produtividade” que produz crescimento, de acordo com Piketty, e não a acumulação de capital¹⁷.

Assim, em condições de pouco ou nenhum crescimento, qualquer alteração significativa nas participações sobre os rendimentos significa uma mudança mais ou menos equivalente nos rendimentos reais. Em outras palavras, de acordo com Piketty, conforme os capitalistas acumulam capital, recebem cada vez mais, e os trabalhadores, cada vez menos.

Piketty observa que *“a taxa de crescimento foi quase nula por muito tempo na história da humanidade: ao combinar crescimento demográfico e econômico, podemos considerar que a taxa de crescimento global entre a Antiguidade e o século XVII jamais excedeu 0,1 – 0,2% ao ano por longos períodos”*¹⁸. Deve-se observar que, segundo a teoria de Piketty, em que $r > g$ é a base de acumulação de capital em relação à renda, este período deve ter apresentado uma enorme acumulação de capital em relação à renda, pois não só a taxa de crescimento foi muito baixa, mas a taxa de lucros esteve substancialmente mais elevada do que nos tempos modernos. Assim, nada deve ter sido mais fácil do que a poupança extraída desta alta taxa de lucro superar a baixa taxa de crescimento do período.

É claro, o período certamente não foi caracterizado pela acumulação de capital. Invasões bárbaras seguidas por séculos de guerras feudais e uma insegurança geral da

propriedade privada, à qual foi adicionada a mentalidade de curto alcance que prevalece em uma era governada pelo medo e a superstição, impediram qualquer acúmulo significativo de capital durante este período como um todo. De fato, não foi provavelmente antes do século XV que a Europa atingiu o nível econômico que havia sido alcançado na Antiguidade. Está claro na história econômica que, por si só, a diferença entre r e g não tem absolutamente nenhuma implicação sobre a acumulação de capital. É surpreendente que não apenas Piketty, mas todos os seus admiradores pareçam não ter percebido esta falha na aplicação de sua teoria à história.

Piketty acredita que hoje, isto é, desde o século XVIII, a taxa normal de crescimento de longo prazo esteve entre 1% e 1,5%, e “que um ritmo de crescimento da população por habitante da ordem de 1% ao ano é, na realidade, muito rápido”¹⁹. Não surpreende que aparentemente não ocorra a Piketty creditar o aumento agudo do crescimento desde o século XVIII ao capitalismo e seus valores subjacentes: mais notavelmente, a razão, a liberdade e a segurança da propriedade, valores esses que geraram uma relação capital/renda substancialmente mais alta e uma onda contínua de inovação produtiva. E, é claro, uma taxa de crescimento de 1% ou 1,5% é muito menor do que a taxa alcançada nos Estados Unidos desde a sua fundação até, aproximadamente, os últimos 40 anos.

VIII - A CONTRADIÇÃO DE PIKETTY SOBRE A CONTRIBUIÇÃO PRODUTIVA DO CAPITAL

A fim de estabelecer que a acumulação de capital resulta em um aumento na parcela da renda nacional que vai para os capitalistas e uma redução equivalente na parte que vai para os assalariados, Piketty precisa mostrar

¹⁷ Idem. *Ibidem.*, p. 223.

¹⁸ Idem. *Ibidem.*, p. 344.

¹⁹ Idem. *Ibidem.*, p. 99.

por que o aumento da razão capital/renda tende a ser maior do que qualquer declínio concomitante da taxa de lucro sobre o capital. Se, por exemplo, uma duplicação da relação capital/renda for acompanhada por uma redução pela metade ou mais da taxa de lucro sobre o capital, a parcela da renda direcionada aos capitalistas não aumentaria; permaneceria constante ou cairia, enquanto a porção que vai para os assalariados permaneceria constante ou aumentaria. Assim, é vital que Piketty mostre por que um aumento da razão capital/renda deve exceder qualquer possível queda da taxa de lucro sobre o capital.

Esta é a sua demonstração:

No que concerne à participação das rendas do capital na renda nacional e mundial – participação dada pela lei $\alpha = r \times \beta$ [tradução: a parcela do capital na renda nacional se iguala à taxa de lucro sobre o capital vezes a razão capital/renda – GR], a experiência histórica sugere que a alta previsível da relação capital/renda não conduzirá, necessariamente, a uma queda sensível do rendimento do capital. Há inúmeros usos para o capital no longo prazo, o que pode ser resumido pela observação de que a elasticidade de substituição entre capital e trabalho é, sem dúvida, maior do que um em períodos prolongados. O mais provável é que a queda da renda seja mais fraca do que a elevação da razão capital/renda, de modo que a participação do capital irá aumentar²⁰.

O leitor deve observar que Piketty agora declarou: “Há inúmeros usos para o capital no longo prazo, o que pode ser resumido pela observação de que a elasticidade de substituição entre capital e trabalho é, sem dúvida, maior do que um”. Por incrível que pareça, esses “muitos usos” em que o capital pode ser substituído por mão de obra, ou seja, resultam na mesma produção que até agora exigia trabalho, supostamente ainda não constituem casos em que a acumulação de capital contribui para o crescimento econômico, apesar do fato de que

a produção inegavelmente aumenta quando o capital toma o lugar do trabalho e o trabalho deslocado serve para aumentar a produção em outros lugares. A mesma contradição aparece nas páginas 223 e 224, onde Piketty afirma, “a diversidade dos usos do capital leva a uma acumulação substancial sem que o rendimento afunde totalmente”. Contudo, nenhum destes usos parece ser o de aumentar a produção do sistema econômico, aumentando assim a taxa de crescimento.

Piketty precisa dessas referências à contribuição do capital produtivo a fim de estabelecer o seu ponto de que um aumento da razão capital/renda irá resultar em um aumento na parcela de renda apropriada pelos capitalistas. Ao mesmo tempo, precisa negar a contribuição produtiva do capital a fim de manter sua visão sobre o que causa e o que não causa crescimento e sua crença de que o montante global da renda real não crescerá significativamente à medida que o capital se acumula. Esta última é essencial para a sua afirmação de que os capitalistas ganharão cada vez mais à custa dos assalariados. Se Piketty reconhecesse que o aumento de capital resulta em um correspondente aumento da produção, toda a sua teoria sobre a crescente desigualdade econômica cairia por terra. Essa teoria, como ele a descreve, depende da diferença entre a taxa de lucros e a taxa de crescimento. Quanto maior essa diferença, mais fácil será, ele alega, para que os capitalistas poupem a uma taxa que supere a taxa de crescimento e, assim, lancem “uma espiral de desigualdade por tempo indefinido”²¹. Mas se a poupança dos capitalistas resulta em um crescimento econômico correspondente, a espiral de desigualdade pode não sair do chão.

Então Piketty não pode admitir que a acumulação de capital, na verdade, contribui para o crescimento. Mas ele precisa que o capital exerça uma contribuição produtiva substancial a fim de estabelecer tamanha necessidade de capital adicional que qualquer

²⁰ Idem. *Ibidem.*, p. 228.

²¹ Ver novamente as passagens citadas acima das páginas 32 e 352.

queda na taxa de lucro seja mais do que compensada pelo aumento na quantidade de capital.

Por isso, o que ele faz é reconhecer implicitamente a contribuição produtiva do capital e, em seguida, imediatamente esquecer que tenha feito isso. Dessa forma, ele pode afirmar que aumentos substanciais, de fato, ilimitados, na razão capital/renda ocorrem com reduções menos que proporcionais na taxa de lucro, enquanto ao mesmo tempo argumenta que eles não são acompanhados por qualquer crescimento econômico substancial. Isso, é claro, é uma grande contradição: *é afirmar a contribuição do capital para a produção e negar a contribuição do capital para a produção.*

VIII - PREFERÊNCIA TEMPORAL VERSUS O SUPOSTO AUMENTO ILIMITADO NA RELAÇÃO CAPITAL/ RENDA DE PIKETTY

Piketty teme que não haja um limite fixo para o aumento da razão capital/renda e o aumento da porção da renda nacional detida pelos capitalistas em detrimento da parcela dos assalariados. Ele escreve:

No caso em que não há qualquer crescimento estrutural e a taxa de crescimento da produtividade e da população é rigorosamente nula, chega-se a uma contradição lógica muito próxima da que Marx descreveu. A partir do momento em que a taxa de poupança s é positiva, isto é, que os capitalistas acumulam mais e mais capital a cada ano, por sede de poder e de perpetuação, ou pelo simples fato de que seu nível de renda já é muito elevado, a relação capital/renda aumenta de forma indefinida. De modo geral, se a taxa g é baixa e se aproxima de zero, a relação capital/renda de longo prazo, $\beta = s / g$, tende ao infinito. E, com uma relação capital/renda β infinitamente elevada, o rendimento do capital r deve necessariamente se reduzir mais e mais até chegar perto de zero, o que fará com que a participação do capital $\alpha = r \times \beta$ devore a totalidade da renda nacional.

Aqui, deve-se imaginar a razão capital/renda crescente, talvez, para 10, e depois para 20, 50, 90, e até mesmo além, enquanto a taxa de lucro cai para 3%, 2%, 1%, e abaixo disto. Neste cenário, a participação dos lucros na renda nacional continua a subir, para 30% ($10 \times 3\%$), e em seguida, para 40% ($20 \times 2\%$), e em seguida, para 50% ($50 \times 1\%$), e, finalmente, talvez para perto de 90%, deixando a parte dos salários a 70%, e depois 60%, e depois 50%, e, finalmente, talvez a apenas 10%, ou menos.

Ele continua:

A contradição dinâmica apontada por Marx corresponde, portanto, a uma verdadeira dificuldade, para a qual a única saída lógica é o crescimento estrutural, único meio capaz de equilibrar – em certa medida – o processo de acumulação de capital. É o crescimento permanente da produtividade e da população que permite equilibrar a adição contínua de novas unidades de capital, como exprime a lei $\beta = s / g$. Na falta disso, os capitalistas cavam suas próprias covas: ou se aniquilam ao tentar lutar desesperadamente contra a queda da taxa de rendimento (por exemplo, provocando guerras para obter melhores investimentos nas colônias, como na crise marroquina entre a França e a Alemanha em 1905 e 1911) ou forçam a mão de obra a aceitar uma parcela cada vez menor da renda nacional, o que resulta na revolução proletária e na expropriação generalizada. Em qualquer caso, o capitalismo está fadado a padecer devido a suas próprias contradições internas²².

Permita-me apontar uma “saída lógica” para quando o retorno do capital supostamente tem de se aproximar de zero ou “a participação do capital na renda” vir a “devorar toda a renda nacional” diferente do “o crescimento estrutural”. A “saída” real é a percepção de que a suposta poupança dos capitalistas que resulta em crescentes razões capital/renda simplesmente *não existe e não pode existir*.

Ao contrário do que teoriza Piketty, os capitalistas não “acumulam mais e mais

²² PIKETTY. O Capital no Século XXI. p. 224.

capital a cada ano” e, certamente, não “por sede de poder e de perpetuação, ou pelo simples fato de que o seu nível de renda já é muito elevado”. Pouparam na medida em que isso é necessário para atingir o equilíbrio desejado entre provisões para o futuro e consumo presente. Uma vez que o equilíbrio é alcançado, eles *param* de poupar.

Por exemplo, imagine um capitalista rico ganhando uma taxa de 4% em retornos sobre uma fortuna de US\$ 100 milhões de capital investido, e que atualmente consome sua renda total de US\$ 4 milhões por ano. Não consome menos e, assim, aumenta ainda mais o seu capital, porque está satisfeito com o fato de que sua fortuna é suficiente para suportar 25 anos de desse consumo. Adicionar US\$ 1 milhão à sua provisão para o futuro à custa de uma redução no seu consumo presente em US\$ 1 milhão acrescentaria menos ao seu estado de bem-estar do que a redução de seu consumo lhe tiraria. O resultado é que ele não poupa mais do que já poupou. Ele é desestimulado a poupar mais por sua *preferência temporal*, ou seja, sua preferência pelo consumo presente em relação a novas provisões para o futuro.

Dado o seu estado de preferência temporal, o que é necessário para fazer este capitalista economizar mais é um aumento na sua renda, de modo que esta ultrapasse os US\$ 4 milhões que ele julgou poder consumir. Se, por exemplo, no final de um ano, verifica-se que ele ganhou uma taxa de 10% de retorno, ou seja, uma renda de US\$ 10 milhões, em vez de US\$ 4 milhões, seu consumo de US\$ 4 milhões implica uma poupança atual de US\$ 6 milhões. No próximo ano, seu capital de US \$106 milhões, em conjunto com uma renda contínua de US\$ 10 milhões e uma preferência temporal que limita a sua acumulação de capital até 25 vezes o seu consumo atual, implicará um consumo de US\$ 4,24 milhões e uma poupança de US\$ 5,76 milhão. Estas poupanças do capitalista não aumentam a proporção de seu capital para sua renda em comparação a seu valor inicial. Com efeito, o aumento da sua renda serviu significativamente para *reduzir* a razão

de seu capital para a sua renda. Essa relação era de 25: 1 (US\$ 100 milhões em capital para US\$ 4 milhões em renda). Agora é de pouco mais do que 10: 1 (US\$ 106 milhões em capital para US\$ 10 milhões em renda.) Se sua renda agora fosse permanentemente de US\$ 10 milhões por ano, seriam necessários muitos anos de poupanças volumosas para restaurar a relação acumulada de capital para renda de 25: 1. Ele teria de poupar a tal ponto que o seu capital aumentasse para US\$ 250 milhões. Neste ponto, uma taxa de 4% do consumo anual em relação ao seu capital acumulado esgotaria os US\$ 10 milhões de lucro, e a poupança adicional cessaria.

Nenhuma fração da poupança necessária para aumentar o capital deste capitalista de \$ 100 milhões para \$ 250 milhões representa um aumento na proporção de seu capital para o seu rendimento em comparação com o valor inicial desta relação. Ela é necessária simplesmente para *restabelecer a relação anteriormente vigente em face de uma renda agora maior*. Trata-se do que é necessário para que sua fortuna seja suficiente para 25 anos de seu consumo nas condições em que o seu consumo aumentaria até o ponto de esgotar sua renda aumentada.

Piketty entendeu tudo errado. A poupança dos capitalistas não eleva continuamente a razão capital/renda, exigindo em seguida um “crescimento estrutural” não relacionado com a acumulação de capital e que pode ou não ocorrer, a fim de evitar que a relação capital/renda de cresça ilimitadamente. Ao contrário, a poupança é o resultado de um aumento na renda e é necessária para restabelecer a mesma razão de capital para renda que deve prevalecer para que o consumo de toda a renda seja coerente com uma determinada taxa de provisão para o futuro em relação ao consumo presente.

É claro, qualquer aumento que os capitalistas escolham na razão entre seu capital e seu consumo, ou seja, neste caso, um aumento superior à razão de 25: 1 causaria um aumento na produção e contribuiria para um progresso econômico mais rápido, ao contrário

do que diz Piketty. Mas, como já expliquei, há sempre um ponto onde a preferência temporal impede que os capitalistas aumentem essa relação, e não há absolutamente nenhuma razão para acreditar, e muito menos para temer, qualquer queda infinita na preferência temporal dos capitalistas.

IX - CONTRARIAMENTE AO QUE AFIRMA PIKETTY, O CAPITALISMO AUMENTA PROGRESSIVAMENTE OS SALÁRIOS REAIS E A PARCELA DA RENDA NACIONAL REPRESENTADA PELOS SALÁRIOS, REDUZINDO A PARTICIPAÇÃO DOS LUCROS

A tese essencial de Piketty é que o capitalismo opera para aumentar os lucros à custa dos salários, e que ele faz isso através da acumulação de cada vez mais capital, produzindo uma parcela cada vez maior da renda nacional como lucro e reduzindo proporcionalmente a parcela da renda nacional restante na forma de salários. Além disso, como já demonstrado, a redução dos salários ocorre, supostamente, não apenas em termos de dinheiro e a parcela da renda nacional dos assalariados, mas também em termos reais. De acordo com Piketty, isso ocorre porque a acumulação de capital não contribui para aumentar o total do que é produzido, fazendo com que uma parcela menor da renda na forma de salários signifique menos bens e serviços para os assalariados.

Como já expliquei, a verdade é que, quanto maior é razão capital/renda, mais receptivo é o sistema econômico à adoção de avanços tecnológicos e, portanto, mais capaz ele será de alcançar aumentos na produção. Os aumentos na produção, é claro, são aumentos não apenas na produção de bens de consumo, mas também na produção de bens de capital. O aumento na produção de bens de capital torna então possível a continuidade da

adoção de avanços tecnológicos e ainda novos aumentos no fornecimento tanto de bens de consumo quanto de bens de capital, em um processo que pode continuar sem limite fixo.

O resultado é um aumento constante da produtividade do trabalho, o que eleva continuamente o fornecimento de bens produzidos em relação ao número de trabalhadores que os produzem. O efeito disso é a queda constante dos preços em relação aos salários, uma queda que ocorre mesmo em meio a uma quantidade crescente de dinheiro e volume de gastos que seja grande o suficiente para aumentar os preços; neste caso, o aumento dos salários nominais supera o aumento dos preços, com o resultado de que os preços ainda caem em relação aos salários. Em outras palavras, o efeito é um aumento contínuo do salário real e do nível de vida médio.

Além disso, em total contradição com Piketty, deve-se entender que, por sua natureza, o capitalismo opera de modo a aumentar a *fração* da renda nacional que vai para os salários enquanto reduz a parte que vai para os lucros. Um aumento na razão capital/renda tem exatamente este resultado.

Estas conclusões podem ser demonstradas por meio de um exemplo simples.

Para tanto, suponha que, inicialmente, o montante total dos lucros no sistema econômico seja de 200 unidades de dinheiro. (Cada unidade pode ser concebida como representante de tantas dezenas de bilhões de dólares quantas forem necessárias para que 200 unidades equivalham ao atual volume de lucro agregado).

Suponha também que o capital acumulado no sistema econômico seja, inicialmente, de 2.000 unidades de dinheiro. Assim, a taxa média inicial de lucro é de 10%.

E, finalmente, suponha que os capitalistas, que até agora gastavam seus 200 de lucro com bens de consumo, decidam poupar e investir metade deles e realizar um gasto adicional com bens de capital e trabalho no valor de 100 unidades.

Qualquer parcela destas 100 unidades que represente o pagamento de salários necessariamente aumenta o total pago em salários no sistema econômico. Ao mesmo tempo, o gasto de 100 unidades adicionais em bens de capital e trabalho deve, cedo ou tarde, adicionar 100 unidades aos custos agregados de produção dos negócios que são deduzidos das receitas de vendas, assim equivalentemente *reduzindo* os lucros agregados.

O aumento dos custos agregados pode ocorrer imediatamente ou ao longo de muitos anos, dependendo daquilo em que as 100 unidades forem gastas. Em um extremo, se fossem gastos inteiramente em itens que não fossem capitalizados, tais como, geralmente, despesas de vendas, despesas gerais e despesas administrativas, apareceriam imediatamente como custos adicionais equivalentes. No outro extremo, se fossem gastos inteiramente na construção de edifícios com uma vida útil depreciável em quarenta anos, levariam 40 anos para mostrar-se como custos adicionais de produção equivalentes. Mas de uma ou outra forma, cedo ou tarde, aparecerão como custos adicionais equivalentes e, assim, reduzirão de forma equivalente a quantidade de lucro no sistema econômico.

Assim, as “descobertas” de Piketty, como são chamadas, estão invertidas. A poupança e o investimento dos capitalistas, que aumentam a relação do capital acumulado para a renda, *aumenta a participação dos salários na renda nacional e diminui a participação nos lucros*.

IX.1 - Maiores Custos Agregados como a Fonte de Custos Unitários e Preços Cada Vez Mais Baixos

Precisa ser salientado, se ainda não estiver aparente, que os custos agregados mais altos que resultam da redução do consumo e do aumento dos gastos com bens de capital por parte dos capitalistas são o alicerce de custos unitários mais baixos e decrescentes.

Isso ocorre porque, como mostrado, se trata da base para um aumento na produção, incluindo a produção de bens de capital. Quantidades crescentes de bens divididos em gastos que são maiores, mas, em seguida, estabilizam-se no nível mais alto resultam em custos unitários e preços progressivamente decrescentes.

IX.2 - A Falha de Piketty em Perceber que uma Maior Proporção Capital/Renda Não Significa Mais Lucro, Mas uma Taxa de Lucro Ainda Menor

Além disso, quando os capitalistas reduzem seu consumo e intensificam a sua poupança e investimento, a *taxa* de lucro cai não só em virtude da queda resultante no montante de lucro no sistema econômico, mas também em virtude do aumento dado no capital acumulado. Este último é um resultado particularmente irônico, em que Piketty conta com o aumento na quantidade de capital acumulado para compensar o efeito de uma queda na taxa de lucro. Ele nunca imagina que o aumento na quantidade de capital acumulado poderia por sua vez contribuir para uma queda na taxa de lucro. (Lembram-se dos exemplos da taxa de lucro caindo de 5% até 1%, mas acompanhada de aumentos no capital acumulado grandes o suficiente para supostamente aumentar, no entanto, a participação dos lucros na renda nacional?)

Na realidade, a taxa média de lucro no sistema econômico não é algo que existe independentemente do montante de capital acumulado, como Piketty acredita. Ao contrário, a taxa média de lucro reflete a quantidade de capital acumulado operando como denominador em uma expressão fracionária onde o montante do lucro serve como numerador. Por mais que as despesas adicionais dos capitalistas com bens de capital e trabalho sirvam para aumentar a quantidade de capital acumulado, elas servem para combinar-se à redução da

quantidade de lucro no sistema econômico para reduzir ainda mais a taxa média de lucro.

Assim, no exemplo de um aumento de 100 unidades de dinheiro em despesas com bens de capital e trabalho, suponha que, no momento em que os custos de produção aumentarem em 100, o capital acumulado do sistema econômico dobra de 2.000 para 4.000. Nesse caso, a taxa de lucro cairia não apenas para 5%, refletindo a redução da quantidade de lucro pela metade, mas para 2,5%, refletindo o fato adicional do denominador do capital acumulado ter dobrado. E quanto maior o aumento no capital acumulado que acompanha a redução da quantidade de lucro, menor é a taxa de lucro. Se o capital acumulado de alguma forma aumentasse para 5.000, a taxa média de lucro seria de apenas 2%. Se aumentasse para 10.000, a taxa média de lucro seria de apenas 1%.

Assim, ironicamente, o aumento da razão capital/renda, a qual Piketty presumiu que seria grande o suficiente para mais do que compensar a queda na taxa de lucro que o acompanha e, assim, resultar em um aumento na quantidade de lucro no sistema econômico, na verdade age *no sentido oposto*. Ele serve para agravar o efeito da queda no montante de lucro que acompanha o aumento da razão capital/renda. Quanto maior o capital adicional acumulado em conjunção com o aumento das despesas com bens de capital e trabalho, *maior é a queda da taxa de lucro*.

Se conhecesse os efeitos reais de um aumento da razão capital/renda sobre o volume e a taxa de lucro, Piketty poderia ter escrito um livro com o velho susto marxista padrão de uma taxa de lucro que está supostamente em constante queda como resultado da acumulação de capital. Mas então ele teria que desistir de sua tese de que os lucros representariam uma parcela cada vez maior da renda nacional como resultado da acumulação de capital.

IX.3 - Nenhuma Tendência de Queda da Taxa de Lucro

Tendo levantado o espectro da taxa de lucro decrescente à medida que o capital se acumula, é necessário que eu imediatamente o abandone. O que impede um processo desta natureza é a preferência temporal. Mesmo que agora haja uma preferência temporal inferior, tal como manifestado na diminuição do consumo dos capitalistas de 200 unidades monetárias para 100 unidades monetárias, ainda há preferência temporal. E de forma consistente com esta nova e mais baixa preferência temporal, a acumulação de capital adicional dará lugar a um consumo adicional por parte dos capitalistas. Assim, com um grau de preferência temporal que exige provisão para 20 anos de consumo a uma taxa de 100 unidades monetárias por ano (20 anos é o número implícito pelo capital acumulado em 2000), a acumulação de capital não pode avançar ao ponto de dobrar a quantidade de capital acumulado, enquanto o consumo dos capitalistas permanece inalterado. Muito antes que esse ponto fosse alcançado, o seu consumo aumentaria no ritmo da acumulação de capital adicional. A despesa adicional original para bens de capital e trabalho seria reduzida conforme o consumo dos capitalistas aumentasse. Os incrementos no capital acumulado chegariam ao fim através de um processo conjunto de custos de produção crescentes em direção a um nível de despesas novas e adicionais com bens de capital e trabalho, que estava por sua vez diminuindo. Um novo equilíbrio seria alcançado, talvez com um capital total acumulado no sistema econômico de 3000 unidades e do consumo de 150 unidades por parte dos capitalistas.

Em comparação com o ponto inicial, isso ainda representaria uma queda na quantidade de lucro e na taxa média de lucro, acompanhada por um aumento da relação capital/renda e um aumento da parcela da renda nacional que consiste de salários.

IX.4 - Os Efeitos Reais das Atividades dos Capitalistas

Assim, ao contrário do que defende Piketty, simplesmente não há a possibilidade de que um aumento da participação dos lucros e uma diminuição na participação dos salários no sistema econômico acompanhem uma queda na preferência temporal dos capitalistas e um consequente aumento da relação capital/renda. Assim, não há a possibilidade de que a acumulação de capital sirva para enriquecer os capitalistas à custa dos assalariados. O exato oposto é verdade. O efeito das atividades dos capitalistas é tanto o de aumentar a parcela da renda nacional que vai para os assalariados quanto de aumentar progressivamente a produtividade do trabalho. O efeito adicional é uma queda contínua de preços em relação aos salários e, portanto, um aumento progressivo dos salários reais.

Por fim, não há qualquer perigo de que a acumulação de capital sirva para reduzir a taxa de lucro em direção à zero ou próximo de zero, como sustentava a luz orientadora de Piketty, Marx. Ao contrário do que diz Piketty, os capitalistas não *“cavam suas próprias covas”*. Não há uma taxa de lucros perpetuamente decrescente que os obrigue a *“se aniquilam ao tentar lutar desesperadamente contra”* ela. Também não *“forçam a mão de obra a aceitar uma parcela cada vez menor da renda nacional, o que resulta na revolução proletária e na expropriação generalizada”*. O capital não está, em hipótese alguma, *“fadado a padecer devido a suas próprias contradições internas”*²³. Mas Piketty certamente é prejudicado por suas contradições e erros. Ele está errado por 180 graus. ∞

²³ Idem. *Ibidem*.